

CAMPANHA SALARIAL

A NOSSA LUTA CONTINUA!

Quinta (6) tem Assembleia, às 12h, no Ciclo Básico

Vamos organizar nossa luta pela Pauta Específica e contra o Ponto Eletrônico



Nossa última assembleia aprovou a Pauta Específica e endurecer a luta contra o ponto

A diretoria do STU está chamando a categoria para uma assembleia na próxima quinta-feira, 06/07, às 12h, no Ciclo Básico.

Na pauta estão:

- *Pauta Específica 2023;*
- *Luta contra o Ponto Eletrônico;*
- *Eleição de delegados/as para a Fasubra.*

É importante dizer que já protocolamos a nossa Pauta Específica de Reivindicações de 2023, e que já enviamos um ofício à reitoria solicitando uma reunião com o Tom Zé.

Mas, infelizmente, até agora não obtivemos nenhum retorno.

Precisamos urgentemente discutir a nossa pauta interna, sendo assim, é mais um motivo para você comparecer à assembleia e definir conosco as formas de mobilização que utilizaremos para esta luta.

Confira nossas reivindicações

Nossa data-base ainda está em vigor e vamos lutar por:

- *Auxílio Saúde de R\$ 165 a R\$ 900 para titulares e dependentes (ativos/as e aposentados/as);*
- *Elevação do piso médio para R\$ 5.440,92 e superior para R\$ 10.231,05;*
- *Vale Refeição de R\$ 990,00 (para 22 dias*

trabalhados) com desconto de R\$1,00;

- *Auxílio Nutrição para os/as aposentados/as no valor do Vale Alimentação dos/as trabalhadores/as.*

Sem contar a urgência no pagamento do prêmio abono de R\$ 10 mil, para servidores/as (ativos/as e aposentados/as), como fez a USP.

Não abrimos mão da ISONOMIA com a USP, pois está mais do que provado que há dinheiro em caixa para que a Unicamp faça esse pagamento.

O que falta mesmo é vontade política do Tom Zé para valorizar os/as funcionários/as.

Agende urgente reunião na sua unidade

Para debater as nossas estratégias de mobilização e ampliar o movimento é fundamental realizarmos reuniões de unidade.

Agende a sua reunião e ligue para o STU (19) 3521-7412, ou envie e-mail para secretaria@stu.org.br solicitando, o mais breve possível, alguém da diretoria na sua unidade.

Convide seu/sua colega e venha para assembleia, a nossa data-base não acabou, e juntos/as podemos avançar nessa negociação com a reitoria.

Te esperamos quinta-feira (6), às 12h, no Ciclo básico!

Delegados/as para Plenária Fasubra

A Fasubra, Federação dos Técnicos do Brasil, está chamando uma Plenária para os dias 15 e 16/07, para discutir as deliberações do Confasubra.

Por isso a sua presença na nossa assembleia é fundamental, pois os/as delegados/as que forem escolhidos/as vão nos representar em Brasília.

Venha para a assembleia!

PONTO ELETRÔNICO

Não ao monitoramento arbitrário imposto pelo ponto!

Não é de hoje que o STU é contra o Ponto Eletrônico. Tanto que essa bandeira de luta está presente em várias pautas internas.

Sabemos que a proposta de controlar o ponto é uma decisão política dessa reitoria que não se sustenta em argumentos jurídicos, pois o Ministério Público não impôs a implantação nem a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta.

Tom Zé se recusa a dialogar com o STU, pior ainda, contratou de forma arbitrária uma empresa só para agilizar o processo. Por conta disso, o STU protocolou no TCE (Tribunal de Contas do Estado de SP), em 30/05, uma representação formal contra a Unicamp denunciando supostas irregularidades

cometidas na contratação sem licitação da empresa Sênior Sistemas S/A, responsável por implementar o sistema de Ponto Eletrônico.

A dispensa de licitação só pode ocorrer em situações específicas em que não há outras empresas no mercado que ofereçam serviços semelhantes ao contratado pela Unicamp.

Somos contrários à instalação do ponto para fiscalizar a jornada dos/as trabalhadores/as, ainda mais quando a medida fere os princípios de transparência e igualdade de oportunidades na contratação de serviços, podendo resultar em prejuízos aos cofres da Universidade e avaliações tendenciosas no processo.

FORA TOM ZÉ!

Reitor fujão fecha as portas da reitoria e se recusa a receber o STU e a negociar as nossas pautas



Reitoria barra entrada do STU, mas depois de insistência direção protocolou a Pauta

Nossa última paralisação, de 21/06, foi marcada por um profundo desrespeito que causou ainda mais indignação nos/as servidores/as.

O reitor Tom Zé, responsável por uma das maiores Universidades de excelência acadêmica da América Latina, recusou-se a receber o STU que, de forma pacífica e representando a categoria, dirigiu-se à reitoria durante a paralisação para entregar a Pauta Específica de Reivindicações 2023, cumprindo um dos principais ritos da nossa data-base.

A nossa pauta prevê: abono de R\$ 10mil, pagamento salarial no 1º dia útil do mês e fim da implantação do Ponto

Eletrônico, entre outras demandas das professoras da DEDIC, dos/as aposentados/as, da Área da Saúde etc.

Os funcionários, que exercem papel essencial para o pleno funcionamento da universidade, encontraram as portas da reitoria fechadas, impedindo o acesso ao local onde se deveria discutir e resolver questões trabalhistas de relevância.

Um completo descaso do reitor e todo o seu alto escalão!

Ao se negar a receber a nossa pauta, o reitor desrespeita não apenas a categoria, como fere os princípios democráticos.

Essa atitude antissindical nega aos/as trabalhadores/as o direito à negociação

coletiva, especialmente quando se trata da data-base, momento crucial para debater as nossas condições de trabalho.

E a recusa em dialogar com o STU e trancar o prédio público demonstra uma postura autoritária e pouco comprometida com os interesses daqueles que trabalham para o sucesso da instituição.

Depois de muita insistência, a coordenadora geral do STU, Elisiene Lobo, e o diretor do STU e coordenador da pasta de Aposentados, Antônio de Pádua Ilanes, foram recebidos de forma extremamente burocrática pelo assessor do reitor, Marcos Sampaio, que se limitou a protocolar o documento formalmente.

Isso significa que ainda não temos data para a primeira reunião de negociação! Desde que a diretoria do STU tomou posse, em março/2022, Tom Zé recebeu o STU uma vez, apenas em abril/2022.

Esse mesmo reitor, que se elegeu com a bandeira da democracia e do diálogo, nunca abriu a agenda para a categoria.

Diante desse cenário, precisamos fortalecer e ampliar a nossa campanha pelo "Fora Tom Zé!".

É lamentável que a Unicamp, enquanto instituição de renome, seja exemplo de desrespeito aos direitos e de desvalorização de seus funcionários.

Queremos negociação já!

TSE declarou Bolsonaro inelegível por 8 anos

Sexta-feira (30), o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por maioria dos votos declarou a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por oito anos. Isso significa que ele ficará de fora das eleições até 2030.

A maioria da Corte entendeu que o ex-presidente cometeu abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação ao fazer uma reunião com embaixadores em julho/22 e atacar, sem provas, o sistema eleitoral.

A defesa do ex-presidente poderá recorrer da decisão ao próprio TSE e ao STF (Supremo Tribunal Federal), mas o efeito da inelegibilidade é imediato.

Ressarcimento aos cofres públicos

Além da punição por abuso de poder, Bolsonaro corre o risco de ter que devolver aos cofres públicos o dinheiro gasto na reunião com embaixadores, em que disseminou mentiras sobre as urnas.

O TCU (Tribunal de Contas da

União) confirmou a intenção de abrir procedimento para apurar os gastos, apreciando um pedido do relator do caso no TSE, ministro Benedito Gonçalves, que sugeriu punições na esfera penal.

A apuração do ressarcimento deve tramitar no TCU muito em breve.

Novos processos em andamento

Além dessa ação em que Bolsonaro perdeu o direito de se candidatar a cargos políticos nas próximas eleições, existem outras 15 tramitando no TSE.

A maioria refere-se à disseminação de notícias falsas e ataques ao sistema eleitoral brasileiro. E mais de 50 pessoas figuram como investigadas nessas ações, entre elas, senadores, deputados federais e ministros do governo anterior.

Se for punido novamente, Bolsonaro continuará inelegível pelo mesmo período de oito anos e a mesma punição pode ser aplicada às outras pessoas inseridas nas ações com o ex-presidente.

ARRAIÁ

Festa Julina dos/as Aposentados/as será dia 14/07, às 14h, no STU!

Nóis vai fazer um arraiá danado de bom no dia 14/07 (sexta-feira), a partir das 14h, na Sede do STU.

Vai ter até a Amaro Banda Show pra animar e nós dançar a tarde toda!

A festa julina do ano passado foi um sucesso, e para repetirmos neste ano a Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria do STU convida você e sua família para se divertirem conosco.

Vai ter pipoca, arroz doce, vinho quente, quentão e docinhos julinos.

Para venda teremos cachorro-quente, Bingo Beneficente e muita animação com música e danças que fazem parte dessa cultura.

Venha festejar conosco!

Essa festa vai ser das boas!

Reunião técnica em setembro e nova mesa com o Cruesp em outubro

Fórum reúne-se com o presidente do Cruesp para informar retorno das assembleias de base, solicitar diálogo sobre restante da Pauta Unificada e abordar itens como financiamento público, LDO 2024 e outros

Uma comissão de representantes do Fórum das Seis reuniu-se com o reitor da Unesp e atual presidente do Cruesp, o reitor da Unesp Pasqual Barretti, na manhã de 22/6. O objetivo foi informar o resultado das assembleias de base, que avaliaram a proposta de reajuste para a data-base de 2023.

A coordenadora do Fórum e presidente da Adusp, Michele Schultz, relatou que a aceitação do índice de 10,51% foi praticamente unânime, após constatação de que houve um avanço em relação à proposta inicial dos reitores, que era de 7,58%, correspondente à inflação dos últimos 14 meses – de março/2022, quando houve o último reajuste, a abril/2023. Michele enfatizou, porém, que as assembleias consideraram fundamental a continuidade das negociações no segundo semestre, quando teremos mais dados sobre a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do qual derivam os recursos para as universidades.

O presidente do Cruesp reafirmou a disposição em retomar as discussões no segundo semestre e houve consenso em agendar uma reunião técnica em setembro, após o dia 20, quando os dados da arrecadação dos primeiros oito meses do ano estarão fechados. Quanto ao agendamento de reunião entre Fórum e Cruesp na sequência, o prof. Pasqual sinalizou para que ocorra em outubro, o que será formalmente solicitado por ofício.

O Fórum quer dar continuidade à discussão do restante da Pauta Unificada, que contém itens como a valorização dos níveis iniciais das carreiras, permanência estudantil, condições de trabalho etc. O presidente do Cruesp disse ver com bons olhos o prosseguimento do diálogo sobre estes itens e solicitou que o Fórum faça um resumo e liste as prioridades das reivindicações presentes na Pauta Unificada e que ainda não foram



A reunião com o presidente do Cruesp e reitor da Unesp, Pasqual Barretti, na manhã de 22/6

negociadas no âmbito de cada reitoria (as pautas específicas).

A coordenação do Fórum destacou a importância de reativar o grupo de trabalho (GT) sobre Previdência, para avaliação dos cenários resultantes das seguidas reformas previdenciárias, novos cálculos atuários etc. O prof. Pasqual disse ser favorável à reativação do GT.

O financiamento das universidades estaduais também foi abordado na reunião. Os representantes do Fórum informaram sobre a apresentação das emendas durante a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2024) na Assembleia Legislativa (*veja matéria neste boletim*). O presidente do Cruesp relatou que os reitores solicitaram agenda com o governador para discutir iniciativas para resguardar o financiamento frente à reforma tributária, mas ainda não teve retorno.

“Universidade Pública: concepções, financiamento e carreira”

No dia 20/6, a Adusp promoveu o debate “Universidade Pública: concepções, financiamento e carreira”, em formato presencial e com transmissão pelo YouTube.

A mesa foi composta pelo professor Elias Salomão Helou Neto (ICMC/USP São Carlos), pela professora Lucília Daruiz Borsari (IME/USP), com mediação da professora Soraia Chung Saura, (EEFE/USP).

Assista em: <https://www.youtube.com/watch?v=esmXrUP4pVU>

Adusp
debate

Debate Universidade Pública: concepções, financiamento e carreira

Debatadores: Lucília Daruiz Borsari (IME) e Elias Salomão Helou Neto (ICMC)
Mediação: Soraia Chung Saura (EEFE)

20/6, terça-feira, às 16h
sala 266 do prédio da Letras, FFLCH

evento presencial com participação remota e transmissão pelo canal da Adusp no YouTube

LDO 2024

Ajude a pressionar pelas emendas que preveem financiamento adequado às universidades e ao Ceeteps, volta da expressão 'no mínimo' e outras

O projeto de lei contendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024, o PL 661/2023, já está entrando na fase final de tramitação. Após a apresentação de quase mil emendas, a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Assembleia Legislativa (Alesp) prepara-se para colocar em votação o relatório final, sob responsabilidade do deputado Alex Madureira (PL). Depois disso, até o final de junho, deve ocorrer a votação final em plenário.

É na LDO que são definidos os percentuais que cada setor público receberá no orçamento do ano seguinte, aí incluídas as universidades estaduais e o Centro Paula Souza (Ceeteps), responsável pelas escolas técnicas (ETEC) e faculdades de tecnologia (FATEC).

No PL 661, os artigos relativos às universidades preveem o repasse de 9,57% da quota-parte do estado no ICMS, sem que apareça a expressão “no mínimo”. Para o Ceeteps, não há dotação orçamentária fixa (cabe ao governador definir a cada ano o quanto deseja enviar ao órgão).

A exemplo do que faz todos os anos, o Fórum encaminhou aos deputados e às deputadas um conjunto de emendas, propondo mais recursos para a educação pública, as universidades e o Ceeteps. Elas foram apresentadas por parlamentares do PT e PSOL.

Lançamento da Frente, CFOP e Colégio de Líderes

No dia 20/6, uma representação do Fórum conversou com o deputado Luiz Cláudio Marcolino (PT), vice-presidente da CFOP, para expor a ele a importância das emendas. Ele ponderou o cenário desfavorável às reivindicações na CFOP e na Alesp de um modo geral, onde predominam os interesses da base governista. Mas solicitou um resumo das prioridades entre as emendas, para defender sua inserção no relatório final, o que foi feito imediatamente pelo Fórum.

No mesmo dia, a coordenadora do Fórum, Michele Schultz, participou de reunião no Colégio de Líderes, junto com representantes da Frente Paulista em Defesa do Serviço Público. No



Na foto mais acima, reunião do Colégio de Líderes. Logo acima, reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) em 21/6



Luta por mais recursos já é parte da história das universidades e do Ceeteps

dia 20/6, o Fórum também participou do lançamento da 'Frente em defesa dos serviços, servidores e patrimônio públicos'.

Ajude a pressionar: envie e-mails

Na próxima semana, a CFOP deve discutir e votar o relatório do deputado Alex Madureira. Vamos pressionar os integrantes da comissão a acatarem as emendas do Fórum das Seis. Escreva e-mails para eles, com base no seguinte teor:

Senhor(a)es deputad(a)os da CFOP,

Façam justiça à educação pública. Votem a favor da inserção, no relatório final da LDO 2024, das seguintes emendas:

- **Nºs 763, 764, 921, 423, 410**, que propõem no mínimo, 9,57% do total do produto da cota-parte do estado no ICMS.

- **Nºs 280, 752, 784 e 424**, que propõem dotação de 3,3% do ICMS, cota-parte do estado, para o Centro Paula Souza.

- **Nºs 54, 793, 859 e 965**, que excluem o parágrafo 2º do Artigo 5º, que visa descontar recursos da Insuficiência Financeira dos 9,57% destinados às universidades.

Obs.: Caso não seja suprimido esse parágrafo, inserir a **emenda 741**, que determina que o Poder Executivo garanta o pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores das universidades paulistas e a paridade com os servidores ativos.

- **Nº 423**, que prevê o repasse às universidades da compensação dada ao estado pelo governo federal (pela desoneração dos combustíveis. Trata-se da criação de um parágrafo sobre esse assunto no final da emenda 423.

- **Nºs 783 e 418**, que propõem destinação de 33% das receitas para a educação pública paulista.

- **Nº 945**, que prevê a inclusão no Plano Plurianual relativo ao período 2024-2027 e na proposta orçamentária do Estado para 2024 recursos para garantir a permanência estudantil nas Universidades Estaduais Paulista.

A sociedade saberá reconhecer sua postura em defesa da educação pública!

Seguem os nomes e e-mails dos deputados da CFOP:

gilmacisantos@al.sp.gov.br; lcmarcolino@al.sp.gov.br;
alexmadureira@al.sp.gov.br; fabianab@al.sp.gov.br;
eniotatto@al.sp.gov.br; carlaopignatari@al.sp.gov.br;
dirceudalben@al.sp.gov.br; DanielSoares@al.sp.gov.br;
itamARBORGES@al.sp.gov.br; ricardofranca@al.sp.gov.br;
oseiasdemadureira@al.sp.gov.br